



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B1
Data: 29/01/2013

SANTA MARIA

Funcionários não têm salários há 4 meses

Trabalhadores da Casa de Saúde Santa Maria denunciam quase quatro meses de atraso nos salários. Cerca de cem trabalhadores, entre pedreiros, cozinheiros, serventes, seguranças e outras categorias profissionais [inclusive técnicos e enfermagem e médicos] estão sem receber salários desde o mês de novembro e, desesperados, dizem passar sérias dificuldades. “Dessa vez, a situação foi pior. Nós, trabalhadores da Casa de Saúde Santa Maria, estamos passando uma situação triste. Passamos Natal sem o 13º e somos pais de família. Estamos passando fome e necessidades terríveis. Já está quase completando quatro meses que estamos no meio dessa briga entre a Casa de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde”, lamenta o pedreiro Cosmo Pereira de Souza.

A briga a que Cosmo se refere diz respeito a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual que tramita na Justiça. A Promotoria da Saúde pediu que cerca de R\$ 1 milhão e fosse bloqueado da conta do Município de Aracaju, para ser repassado para a Casa de Saúde Santa Maria; e aproximadamente R\$ 800 mil para a Clínica São Marcelo. Estas são, segundo a promotora de Justiça dos Direitos à Saúde, EuzaMissano, as duas únicas casas existentes em Aracaju que prestam assistência a portadores de doença mental, inclusive aqueles que fazem uso abusivo de álcool e drogas. “O Município precisa garantir tratamento a esses pacientes aqui ou fora do Estado. O Município faz a contratação e o Estado faz o repasse. O Município, no entanto, não mantém contrato com as duas casas desde 2011, embora encaminhe doentes para lá. E isso gerou um débito”, explicou a promotora.

E foi para custear o tratamento desses pacientes que o Ministério Público requereu, desde dezembro de 2012, o bloqueio das verbas do Município, nos valores necessários para financiar o tratamento do número de pacientes existentes em cada Casa – contando com todo o custo da sua manutenção em internamento [inclusive o pagamento de pessoal]. O juiz Raphael Silva Reis deferiu integralmente o pedido do MP mas o Município recorreu da decisão e, em segunda instância, a Justiça sergipana determinou que apenas 40% dos valores solicitados na ação poderiam ser repassados à Santa Maria e à São Marcelo. Os outros 60% de cada valor seriam devolvidos ao Município de Aracaju.

Segundo os trabalhadores da Santa Maria, a Casa está numa situação tão ruim, que deu férias coletivas a cerca de 25 trabalhadores. Quando retornaram ao trabalho, no dia 2 de janeiro, receberam o aviso de que foram demitidos. “Estamos pedindo à Justiça que nos ajude, que libere esse dinheiro. O que está se passando de mais grave é que tem gente ficando doente por causa da necessidade que está passando - trabalhador com pressão alta e tudo. Até quando isso vai?”, indagou Cosmo. O Ministério Público Estadual aguarda que o Município cumpra a decisão judicial. “A Casa de Saúde Santa Maria pediu, agora, a liberação desses 40% e o Ministério Público, requereu que o Município seja intimado a, no prazo de 72 horas, fazer o pagamento espontaneamente, sob pena de ter que fazê-lo judicialmente”, contou EuzaMissano.

▼ APROXIMADAMENTE
100 TRABALHADORES ESTÃO
PASSANDO NECESSIDADE
JUNTO COM A FAMÍLIA
DESDE O FIM DE 2012

Funcionários não têm salários há 4 meses

Trabalhadores da Casa de Saúde Santa Maria denunciam quase quatro meses de atraso nos salários. Cerca de cem trabalhadores, entre pedreiros, cozinheiros, serventes, seguranças e outras categorias profissionais [inclusive técnicos e enfermagem e médicos] estão sem receber salários desde o mês de novembro e, desesperados, dizem passar sérias dificuldades. “Dessa vez, a situação foi pior. Nós, trabalhadores da Casa de Saúde Santa Maria, estamos passando uma situação triste. Passamos Natal sem o 13º e somos pais de família. Estamos passando fome e necessidades terríveis. Já está quase completando quatro meses que estamos no meio dessa briga entre a Casa de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde”, lamenta o pedreiro Cosmo Pereira de Souza.

A briga a que Cosmo se refere diz respeito a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual que tramita na Justiça. A Promotoria da Saúde pediu que cerca de R\$ 1 milhão e fosse bloqueado da conta do Município de Aracaju, para ser repassado para a Casa de Saúde Santa Maria; e aproximadamente R\$ 800 mil para a Clínica São Marcelo. Estas são, segundo a promotora de Justiça dos Direitos à Saúde, EuzaMissano, as duas únicas casas existentes em Aracaju que prestam assistência a portadores de doença mental, inclusive aqueles que fazem uso abusivo de álcool e drogas. “O Município precisa garantir tratamento a esses pacientes aqui ou fora do Estado. O Município faz a contratação e o Estado faz o repasse. O Município, no entanto, não mantém contrato com as duas casas desde 2011, embora encaminhe doentes para lá. E isso gerou um débito”, explicou a promotora.

E foi para custear o tratamento desses pacientes que o Ministério Público requereu, desde dezembro de 2012, o bloqueio das verbas do Município, nos valores necessários para financiar o tratamento do número de pacientes existentes em cada Casa – contando com todo o custo da sua manutenção em internamento [inclusive o pagamento de pessoal]. O juiz Raphael Silva Reis deferiu integralmente o pedido do MP mas o Município recorreu da decisão e, em segunda instância, a Justiça sergipana determinou que apenas 40% dos valores solicitados na ação poderiam ser repassados à Santa Maria e à São Marcelo. Os outros 60% de cada valor seriam devolvidos ao Município de Aracaju.

Segundo os trabalhadores da Santa Maria, a Casa está numa situação tão ruim, que deu férias coletivas a cerca de 25 trabalhadores. Quando retornaram ao trabalho, no dia 2 de janeiro, receberam o aviso de que foram demitidos. “Estamos pedindo à Justiça que nos ajude, que libere esse dinheiro. O que está se passando de mais grave é que tem gente ficando doente por causa da necessidade que está passando - trabalhador com pressão alta e tudo. Até quando isso vai?”, indagou Cosmo. O Ministério Público Estadual aguarda que o Município cumpra a decisão judicial. “A Casa de Saúde Santa Maria pediu, agora, a liberação desses 40% e o Ministério Público, requereu que o Município seja intimado a, no prazo de 72 horas, fazer o pagamento espontaneamente, sob pena de ter que fazê-lo judicialmente”, contou EuzaMissano.

▼ APROXIMADAMENTE
100 TRABALHADORES ESTÃO
PASSANDO NECESSIDADE
JUNTO COM A FAMÍLIA
DESDE O FIM DE 2012

Data: 28 a 03/02/2013